

PARANÁ CE-P2R2

Capítulo 2: Fiscalização em Empresas de armazenamento, produção e manuseio



2015
1ª Edição



**ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL**



DOS INSTRUMENTOS LEGAIS

Há várias legislações que estabelecem normas para as empresas que armazenam, produzem ou manuseiam produtos perigosos. Com relação aos produtos perigosos em si, as principais legislações são as ambientais, que se relacionam com a responsabilidade ambiental das empresas.

Outras legislações importantes para estas empresas são as relativas à saúde e segurança do trabalhador, de maneira que este não se exponha a riscos desnecessários.

Há, também, questões de segurança para evitar o acontecimento de acidentes nas instalações e para controlar a situação após eventos, de maneira a limitar os danos relativos a incidentes nestes locais.

É interessante notar, ainda, que, apesar das empresas terem normas específicas que elas devem cumprir, a sua responsabilidade não se limita a este ponto. O transporte dos produtos está intimamente relacionado com a atividade da empresa, uma vez que esta precisa dar vazão à produção, e de que há a responsabilidade compartilhada sobre este tipo de atividade, conforme a legislação ambiental define.

Abaixo está discriminada uma lista pormenorizada das diversas legislações, relativas a diversos órgãos, que devem ser consideradas durante a fiscalização das empresas que armazenam, produzem ou manuseiam de produtos perigosos.



ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL



ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO	PREÂMBULO
EB	R-105	Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército
	Portaria 03/12	Atividades com Efrxplosivos
	Portaria 19/02	Atividades com nitrato de amônio
	Portaria 08/08	Atividades com Ácido Fluorídrico
ABNT	NBR 7500	Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos
	NBR 14725	Ficha de Informação de Segurança sobre Produto Químico - FISPQ
	NBR 14619	Transporte terrestre de produtos perigosos - incompatibilidade química
SESA	Resolução 465/13	Transporte de Alimentos
ANTAQ	Resolução 2239/11	Trânsito de produtos perigosos dentro de instalações portuárias.
MTE	Lei Fed. nº 7.410/85	Dispõe sobre a especialização de engenheiros e arquitetos em Engenharia de Segurança no Trabalho, a Profissão de Técnico em Segurança do trabalho, e dá outras providências.
	NR6	Equipamentos de Proteção Individual - EPIs
CB	CSCIP	Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico
	NPT 16	Plano de emergência contra incêndio
	NPT 17	Brigada de incêndio
	NPT 27	Unidade de armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas e insumos
	NPT 28	Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de GLP
	NPT 29	Comercialização e produtos de gás natural
	NPT 30	Fogos de artifício
	NPT 32	Produtos perigosos em edificações e áreas de risco
IBAMA	Lei Fed. 6.938/81	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, licenciamento ambiental.
	Lei Fed. 7.802/89	Regulamenta pesquisa, fabricação, comercialização, aplicação e fiscalização de agrotóxicos.
	Lei Fed.6.453/77	Dispõe sobre a responsabilidade civil em danos nucleares.
	Lei Fed..605/98	Lei de Crimes Ambientais.
	Lei Compl. 140/11	Fixa normas quanto à proteção das paisagens naturais, do meio ambiente, combate a poluição e preservação da flora e fauna
INMETRO	Portaria nº 148/10	Estabelece requisitos de avaliação da conformidade para recipiente para GLP.
	Portaria nº 274/14	Uso das marcas, dos símbolos, dos selos e das etiquetas do INMETRO.
	Portaria 326/06	Certificação compulsória das embalagens para o transporte de produtos perigosos.
ANP	Resolução nº 70/11	Estabelece requisitos para armazenamento e transporte de recipientes de GLP.
CONFEA/ CREA	Lei Fed. 5.194/66	Regulamenta a profissão de Engenheiro e Agrônomo no país, válida para todas as modalidades profissionais de engenharia. Determina o registro de pessoas e empresas nos Conselhos Regionais.
	Lei Fed. 6.496/77	Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nos serviços de Engenharia Agronomia e Geociências.

Deve-se, sempre consultar a atualidade da legislação.



**ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL**



DA FISCALIZAÇÃO

Para a realização das fiscalizações, a legislação citada no item anterior e outras que sejam aplicáveis deverão ser a base para a verificação dos aspectos de segurança nas empresas que armazenam, produzem ou manuseiam produtos perigosos.

Ressalte-se que cada órgão deverá atuar dentro de sua competência, o que não impede que ele seja informado pelos demais órgãos de possíveis irregularidades verificadas durante fiscalizações em que ele não esteja presente.

A ação realizada de maneira integrada visa, inclusive, facilitar o contato entre os órgãos, de maneira a permitir que haja um fluxo de informações rápido e eficiente para a solução dos problemas.

Os órgãos que deverão integrar a fiscalização (podendo-se convidar outros) são:

- Defesa Civil, representada pela Coordenadoria Regional de Defesa Civil e pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.
- Corpo de Bombeiros, através da 7ª Seção.
- Órgão ambiental, representado pelo Instituto Ambiental do Paraná, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, e pelo Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Paraná.
- Instituto de Pesos e Medidas.
- Secretaria de Saúde, representada por pessoal habilitado para atuar na fiscalização de agentes radioativos, vigilância sanitária e vigilância em Saúde.
- Secretaria da Fazenda, através de representante da Receita Estadual.
- CREA-PR.
- CRQ-IX

Os demais órgãos que porventura possuam interesse em participar devem entrar em contato com os Coordenadores Regionais de Defesa Civil, podendo integrar as ações auxiliando os órgãos participantes ou realizando ações paralelas, desde que não afetem negativamente os objetivos das ações de fiscalização.



**ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL**



DA REALIZAÇÃO

Os órgãos deverão realizar a fiscalização conjuntamente, verificando se todos os itens de segurança humana, material e ambiental estão conforme as legislações.

Deverá ser avaliado e testado o Plano de Emergência Individual da empresa, verificando se possibilita colaboradores e visitantes terem acesso aos procedimentos de segurança da empresa.

Durante a fiscalização, o técnico de segurança e/ou o químico responsável da empresa deve acompanhá-la para indicar e apresentar os procedimentos e estruturas existentes na empresa.

As fiscalizações poderão ser inopinadas ou previamente coordenadas junto à empresa, a critério de cada CORPDEC. O Horário de aplicação da fiscalização também deve ser coordenado entre as instituições sobre ser período de expediente ou fora dele.

ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO DOS FORMULÁRIOS

Para o preenchimento do formulário, primeiramente devem ser incluídos os dados da empresa, e, em seguida, os dados referentes à fiscalização em si. Em cada ponto há a possibilidade de indicar se a situação ocorre ou não através da marcação “SIM” e “NÃO”. Caso da situação não ser procedente para o veículo fiscalizado, basta traçar um risco.



ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL



CHECKLIST

EMPRESA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	

MUNICÍPIO:		CORPDEC:	
------------	--	----------	--

DATA:		HORA:	
-------	--	-------	--

PRODUTOS EXISTENTES				
CLASSE DE RISCO	NÚMERO DE RISCO	NÚMERO DA ONU	QUANTIDADE	UNIDADE

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:					
ORIENTAÇÃO		NOTIFICAÇÃO		INTERDIÇÃO	

OBSERVAÇÕES:



**ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL**



DOCUMENTAÇÃO AMBIENTAL		SIM	NÃO	Não Aplic.
Possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais?				
Possui Plano de Contingência e Emergência aprovado?				
Possui licença ambiental para funcionamento?				
Se sim, possui qual Licença Ambiental?	Situação			
	Licença Simplificada (LS)	Licença Prévia (LP)	Licença de Instalação (LI)	Licença de Operação (LO)

OUTRAS DOCUMENTAÇÕES		SIM	NÃO	Não Aplic.
Possui certificado de vistoria para incêndio e pânico?				
Possui autorização para utilização de material radioativo?				
Possui cadastro na CNEN?				
Possui autorização para armazenamento/utilização de produto controlado?				

CORPO DE BOMBEIROS				
Em não possuindo CV, qual a situação administrativa da empresa junto ao Serviço de Proteção Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros?	Situação			
	Em Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TCAC)	Relatório de Vistoria (RV)	Notificação (Note.)	Certificado de Reprovação (CR)

REQUISITOS DE SEGURANÇA	SIM	NÃO
Possui Técnico de Segurança?		
Possui Químico responsável?		
O Técnico de segurança tem formação específica para produtos perigosos?		
Possui SASSMAQ?		
Possui ISO 9001?		
Possui ISSO 14001?		
Empresa possui registro no CRQ (Conselho Regional de Química)?		



**ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL**



Químico responsável possui registro no CRQ?		
---	--	--

INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA AO PÚBLICO	SIM	NÃO
Todos os produtos existentes na empresa possuem FISPQ?		
Existe identificação (FISPQ) para todos os produtos na empresa? Em fácil acesso?		
Os visitantes são informados sobre os riscos na entrada?		
Há material informativo dos riscos para os visitantes?		
Há material informativo dos riscos para funcionários?		
As saídas de emergências são bem identificadas?		
Há sinalizações de fácil localização sobre para onde se dirigir em caso de emergências (rotas de fuga e ponto de encontro)?		
Há mapa de riscos na empresa?		
Os mapas de risco estão em locais de fácil visualização?		
Possui estruturas para contenção ou minimização de danos?		

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	SIM	NÃO
Possui o equipamento de proteção individual adequado, conforme definição da FISPQ?		
Possui o equipamento de proteção individual em boas condições de uso?		
Trabalhador está portando o EPI obrigatório?		
O trabalhador sabe utilizar o equipamento de segurança?		
Os trabalhadores sabem os riscos aos quais estão expostos?		

SIMBOLOGIA	SIM	NÃO
Os locais de armazenamento possuem os rótulos de risco dos produtos?		
Os rótulos de risco são compatíveis com o risco do produto?		
Os rótulos de risco dispostos adequadamente?		
O rótulo de risco atende às especificações?		
A empresa faz o controle da simbologia dos transportadores que carregam na empresa?		
Os locais de armazenamento possuem diamante de Hummel?		



**ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL**



Os locais de armazenamento possuem simbologia GHS (Sistema Globalmente Harmonizado)? (NR26)		
---	--	--

EMBALAGEM	SIM	NÃO
As embalagens utilizadas para transporte estão homologadas pelo INMETRO?		
As embalagens são as adequadas para o produto?		
As embalagens estão em bom estado de conservação, sem sinais de deterioração ou violação?		
Os rótulos de manuseio das embalagens estão de acordo com as normas?		
As embalagens possuem rótulo de risco adequado?		
As embalagens possuem simbologia GHS?		

COMPATIBILIDADE	SIM	NÃO
Os produtos incompatíveis são armazenados em locais separados?		
Há estrutura de segurança para evitar que, em emergências, produtos incompatíveis entre si venham a interagir?		

VIGILÂNCIA SANITÁRIA	SIM	NÃO
O produto perigoso está sendo armazenado isoladamente, sem estar próximo a alimentos?		
O produto perigoso está sendo armazenado isoladamente, sem estar próximo a medicamentos?		
O produto perigoso está sendo armazenado isoladamente, sem estar próximo a animais?		
Os trabalhadores passam por processo de descontaminação para as atividades de alimentação		



**ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL**



RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO		ASSINATURA	
--	--	-------------------	--



**ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL**



MODELO DE RELATÓRIO

	ESTADO DO PARANÁ COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL Xª COREDEC FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS PERIGOSOS	
--	--	--

EMPRESA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	

MUNICÍPIO:		CORPDEC:	
------------	--	----------	--

DATA:		HORA:	
-------	--	-------	--

1. Participantes

ÓRGÃO	EFETIVO
Polícia Rodoviária Federal	
Polícia Rodoviária Estadual	
Batalhão de Polícia de Trânsito	
Instituto Ambiental do Paraná	
IBAMA	
Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária	
Receita Estadual	

2. Resultados da Fiscalização:

3. Principais problemas verificados

4. Propostas de Melhoria de Procedimento

5. Proposições para alterações ou melhorias na Diretriz.

6. Lacunas existentes na norma

7. Estatísticas atualizadas sobre infrações, pontos críticos e vulnerabilidades.



**ESTADO DO PARANÁ
CASA MILITAR
DIVISÃO DE DEFESA CIVIL
SETOR OPERACIONAL**



8. Notificação ou Auto de Infração por órgãos participantes:

Polícia Rodoviária Federal	
Polícia Rodoviária Estadual	
Batalhão de Polícia de Trânsito	
Instituto Ambiental do Paraná	
IBAMA	
Secretaria de Saúde - Vigilância Sanitária	
Receita Estadual	
TOTAL	

9. Produtos existentes/utilizados/produzidos na empresa(marque x) :

Explosivos	
Gases	
Líquidos Inflamáveis	
Sólidos Inflamáveis	
Substâncias Oxidantes	
Substâncias Tóxicas	
Substâncias Radioativas	
Corrosivos	
Substâncias Perigosas Diversas	

10. Itens de segurança Existentes:

Item	Completo	Incompleto	Ausente
Equipamento de Proteção Individual			
Conjunto para Situações de Emergência			
Envelope de Emergência			
Ficha de Emergência			
Simbologia de Risco			

11. Observações:

Cidade, data.

Posto e Nome,
Função.